



História, Ciências, Saúde - Manguinhos

ISSN: 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil

Miglievich Ribeiro, Adelia Maria

Marina de Vasconcellos e as ciências sociais cariocas: a perspectiva dos círculos sociais

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 15, junho, 2008, pp. 17-41

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138040002>

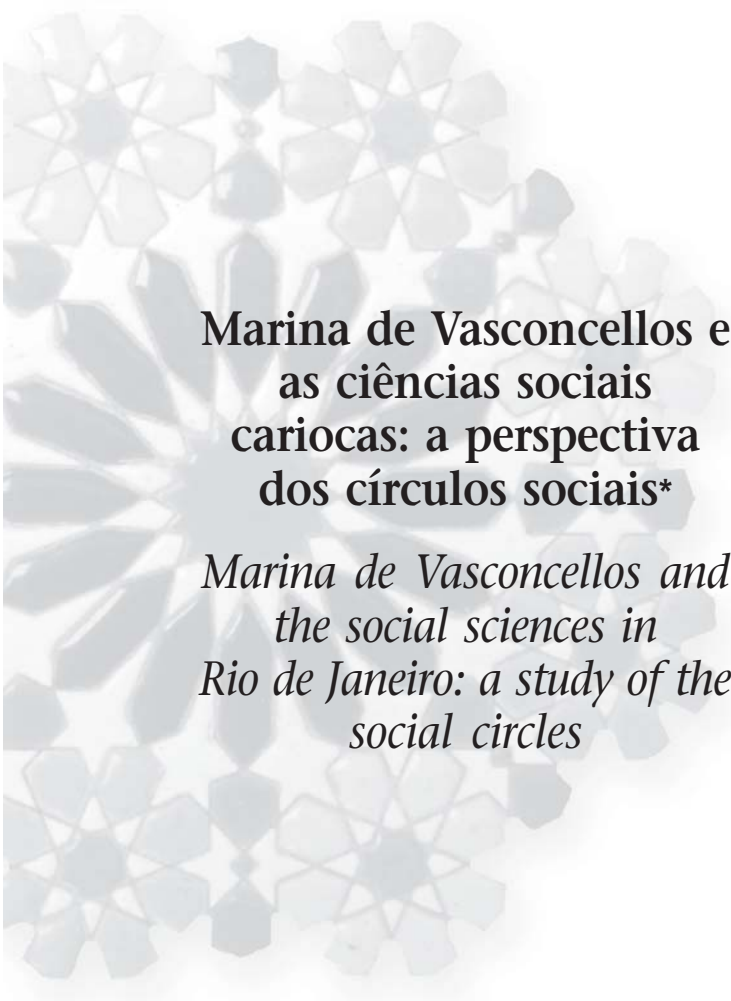
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



## Marina de Vasconcellos e as ciências sociais cariocas: a perspectiva dos círculos sociais\*

*Marina de Vasconcellos and  
the social sciences in  
Rio de Janeiro: a study of the  
social circles*

**Adelia Maria Miglievich Ribeiro**

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais  
Faculdade de Ciências Sociais  
Universidade Estadual do Norte Fluminense  
R. Salvador Corrêa, 1, apto. 502  
28035-310 Campos dos Goytacazes RJ – Brasil  
adeliam@uenf.br

Recebido para publicação em julho de 2007.  
Aprovado para publicação em outubro de 2007.

MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia Maria.  
Marina de Vasconcellos e as ciências  
sociais cariocas: a perspectiva dos  
círculos sociais. *História, Ciências, Saúde –  
Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl.,  
p.17-41, jun. 2008.

A trajetória de uma das ‘mães-  
fundadoras’ das ciências sociais cariocas,  
Marina de Vasconcellos, herdeira de  
Arthur Ramos, permite entender a  
afirmação da antropologia na cidade do  
Rio de Janeiro. Os conflitos e alianças, as  
continuidades e descontinuidades  
explicam a pioneira Sociedade Brasileira  
de Antropologia e Etnologia e o  
Instituto de Ciências Sociais, ambos na  
Faculdade Nacional de Filosofia. Marina  
vivenciou o confronto entre diferentes  
modelos do fazer antropológico, em  
tempos de institucionalização dos cursos  
universitários. Empenhou-se na  
formação de novos quadros profissionais  
e em 1968 lutou pela autonomia  
universitária. O estudo impõe-nos a  
reflexão sobre os critérios de êxito de  
uma carreira acadêmica, contestando a  
visão de que esta se restringe à  
publicação de livros e artigos.

Palavras-chave: Marina de Vasconcellos;  
Faculdade Nacional de Filosofia;  
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais;  
história das ciências sociais; história da  
antropologia.

MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia Maria.  
Marina de Vasconcellos and the social  
sciences in Rio de Janeiro: a study of the  
social circles. *História, Ciências, Saúde –  
Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, Suppl.,  
p.17-41, June 2008.

*An investigation of the career of one of the  
“founding mothers” of the social sciences in  
Rio de Janeiro, Marina de Vasconcellos,  
successor of Arthur Ramos, is one way of  
understanding how anthropology was  
established in Rio de Janeiro. Conflicts and  
alliances, continuities and discontinuities,  
lie behind the pioneering Brazilian Society  
of Anthropology and Ethnology and the  
Institute of Social Sciences, both at Faculdade  
Nacional de Filosofia. Marina de  
Vasconcellos’ professional life bore the marks  
of the clash between different schools of  
thought regarding anthropology at a time  
when university courses were being  
introduced. As a professor, she was  
committed to educating new professionals,  
and in 1968, she was steadfast in the  
struggle for university autonomy. The study  
leads to a reflection upon the criteria for  
success in academia, countering the view  
that this depends entirely on the publication  
of books and articles.*

**Keywords:** Marina de Vasconcellos;  
Faculdade Nacional de Filosofia; Instituto de  
Filosofia e Ciências Sociais; history of social  
sciences; history of anthropology.

Georg Simmel, em “O cruzamento dos círculos sociais”, de sua conhecida obra *Sociologia*<sup>1</sup>, observou que, nas sociedades modernas, multiplicaram-se os círculos sociais aos quais pertencem os indivíduos. A metáfora do ‘círculo social’ refere-se, pois, à esfera ou âmbito de uma atividade intersubjetiva específica, aquela concernente às relações familiares, profissionais ou de amizade, entre outras. Ao mesmo tempo, no entrelaçamento dos círculos sociais o indivíduo mesmo se constitui, em sua autodeterminação. Simmel relacionou, portanto, a noção de individualidade ao número de círculos sociais nos quais cada pessoa interage. Por não estar inteiro em nenhum dos círculos é que o indivíduo pode receber esse estatuto. Também a análise quantitativa dos círculos sociais torna-se um dos melhores critérios para medir o grau de modernidade de uma sociedade.

O conceito simmeliano de interação ou ‘sociação’<sup>2</sup> permite que se ultrapasse uma dicotomia renovada nas ciências sociais cujo potencial explicativo é excessivamente duvidoso; falamos da apartação entre indivíduo e sociedade. Na sociologia de Simmel, importa examinar as formas de relacionamento (formas sociais ou de sociação) entre os indivíduos que podem se ‘rotinizar’<sup>3</sup> ou não. Continuidades e descontinuidades convivem na sedimentação de realidades sociais. Simmel observou, por exemplo, que motivações similares podem gerar formas de sociação distintas. Também notou que inclinações ou objetivos distintos não impedem a produção de formas sociais muito semelhantes. O sociólogo entendeu como missão dessa disciplina estudar a criação, recriação, formação, transformação, permanência e mutações das ‘formas sociais’, como também os vários modos pelos quais homens e mulheres agem uns com os outros, uns para os outros, uns contra os outros, constituindo a(s) sociedade(s) na história.<sup>4</sup>

A perspectiva simmeliana é particularmente útil em nosso intento de rever a formação das ciências sociais no Rio de Janeiro, observando questões não suficientemente respondidas mediante o foco exclusivo nas instituições ou nas produções científicas. De fato, a opção pelos critérios de datações institucionais para compreender o dinamismo das formas sociais na configuração de um campo científico tendia a menosprezar os movimentos mais sutis, presentes nas alianças ou nos conflitos que permearam a história das ciências sociais no Rio de Janeiro. Na atenção às formas sociais que se entrelaçavam e não cabiam em datas rígidas de início e fim de uma dada instituição, encontrei as mulheres intelectuais pioneiras em sua presença incontestada nos momentos de fundação e sedimentação das ciências sociais, a saber, entre as décadas de 1930 e 1950, quando os círculos sociais, portanto os grupos aos quais poderiam pertencer os indivíduos, expandiam-se.

A criação e a ampliação de instituições e órgãos do Estado, exigindo competências específicas e remunerando funcionários pelo desempenho de atividades bem determinadas, propiciaram a multiplicação de círculos. Na área da cultura, da ciência e da educação, ensaiavam-se os primeiros passos no sentido de conformar uma autoridade – através de cargos – que determinasse as regras das atividades culturais.

Apesar da pouca atenção às mulheres e de serem elas ainda pouco citadas na memória das ciências sociais no Brasil<sup>5</sup>, exerceram funções e realizaram feitos nada modestos para que essas ciências se configurassem tais como hoje existem. Dedico-me a falar de uma delas e de um momento específico de sua vida, que coincide com os inícios das ciências sociais cariocas, quando apenas um número muito restrito de mulheres podia juntar-se aos esforços

que, num primeiro exame, parecem-nos exclusivamente masculinos: a criação de cátedras, laboratórios, pesquisas, cursos e currículos.

Marina São Paulo de Vasconcellos (1912–1973) não irrompeu na história das ciências sociais brasileiras com uma obra sobre um tema específico. Não profetizou sobre uma nova ordem, nem foi exatamente fundadora de instituições. Mas a história desse campo de conhecimento examinada através da vivência<sup>6</sup> dessa estudiosa possibilita-nos questionar os critérios habituais de classificação do ‘mundo acadêmico bem sucedido’. Analiso, pois, a vida dessas mulheres em sua positividade, reconhecendo a excepcionalidade de sua inserção. Participando dos ‘poderes de mando’, Vasconcellos regulamentou o acesso de novos membros à comunidade científica, normatizou o cotidiano das ações no interior desta, enfim, enfrentou o problema principal da instauração e da permanência das ciências sociais no campo científico mesmo, buscando legitimá-las.<sup>7</sup>

Por quase trinta anos, Marina formou, no papel de professora e catedrática, cientistas sociais nos limites de uma única instituição: a Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (FNF/UB). Hoje, seus ex-alunos ocupam posições de prestígio na área. São responsáveis pela garantia da vitalidade desse campo de estudos, seja pela atuação direta na universidade, formando novos quadros profissionais, seja pela atuação no Estado ou na sociedade civil, em sentido mais amplo. Desejo revelar aqui a jovem estudante Marina, em seus primeiros contatos com a disciplina, na cátedra de Arthur Ramos. Apresento o trabalho que iria marcar suas preocupações teóricas acerca da temática da ‘contra-aculturação’. Analiso também, a partir de sua trajetória, os esforços contidos na consolidação de uma cátedra, nos anos pioneiros da Universidade do Brasil.

### **Da cátedra de antropologia e da Faculdade Nacional de Filosofia à direção do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais**

Marina Delamare São Paulo de Vasconcellos nasceu no dia 25 de março de 1912, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, filha de Aleixo de Vasconcellos e Dinorah Delamare São Paulo de Vasconcellos. Seu pai era médico e pesquisador, graduado pela Faculdade do Rio de Janeiro. Ele iniciou sua vida profissional na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e, ao retornar ao Rio, trabalhou em Manguinhos sob orientação de Oswaldo Cruz, que, como Carlos Chagas e Fernandes Figueira, foram exemplos de homens que dedicaram suas vidas à causa médica. Tornou-se livre-docente de microbiologia da Faculdade Nacional de Medicina. Foi, também, um dos fundadores e professor catedrático de microbiologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara.

À ânsia permanente de pesquisar juntava Aleixo de Vasconcellos um constante desejo de tornar conhecidos os resultados de seus trabalhos. Era o cientista *doublé* de professor. Daí a extensa relação dos volumes e artigos que publicou ... Na verdade, são os moços que apontam os verdadeiros mestres. E Aleixo de Vasconcellos, pelos rapazes de seu tempo, era o escolhido e o aplaudido como legítimo guia no terreno da medicina. (Cunha, 1966, p.25, 37)

Querido pelos jovens estudantes e admirado pelos colegas, entre os quais doutor Cumplido de Santana (Faculdade de Ciências Médicas), doutor Olímpio da Fonseca Filho

(Academia Nacional de Medicina), doutor Mílton Machado, que o homenageou dando seu nome ao hospital do bairro carioca de Deodoro, e doutor Raimundo Moniz de Aragão, que o sucederia em sua cadeira da Academia Nacional de Medicina, doutor Aleixo de Vasconcellos apresentava à filha mais velha desde cedo a possibilidade do convívio com um círculo de homens ilustres, que tinham sua vida entrelaçada aos projetos de construção da ciência e da universidade no Brasil. Marina, como os irmãos mais novos, nutria profunda admiração pelo pai.

Aleixo de Vasconcellos foi, também, diretor do Departamento de Leites e Derivados do Ministério da Agricultura, tendo trabalhado com Afrânio Peixoto, bem como dirigido o Serviço de Microbiologia do Instituto Central e do Laboratório Ehrlich. Membro de conselhos e sociedades científicas, destacou-se por sua atuação na American Public Health Association, de Nova York, na Confederação Internacional do Leite, com sede em Bruxelas, e no Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura. Foi ainda presidente da Sociedade de Patologia Clínica e membro titular da Academia Nacional de Medicina, na vaga de Carlos Chagas (Cunha, 1966, p.38-39).

Dona Dinorah, mãe de Marina, morreu no parto do segundo filho, que também não sobreviveu. Por isso, o pai confiou a educação da menina Marina aos avós paternos, Aureliano Nóbrega de Vasconcellos e Francisca Vasconcellos, ou Vovó Chiquinha, como era carinhosamente chamada pelos netos. O avô alagoano, que chegara ao Rio de Janeiro muito jovem, tornara-se engenheiro-geógrafo. A avó, carioca e professora primária, tivera cinco filhos: Aleixo, Paulo, Vera, Francisca e Nelson, este último falecido quando estudante.

Alguns anos depois do falecimento da primeira esposa, Aleixo de Vasconcellos casou-se com a italiana Lina Pianucci Martinelli, com quem teve dois filhos: Carlos e Sylvia. Carlos de Vasconcellos seguiu os passos profissionais do pai, qualificando-se como médico no Johns Hopkins Institute. Tornou-se também professor adjunto da cadeira de doenças tropicais e infectuosas, na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, e docente de parasitologia médica na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara. A caçula, Sylvia Vasconcellos de Carvalho, diplomada pela Escola Nacional de Música, laureada com medalha de ouro em piano, fez provas e ingressou no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, destinado à formação de professores e fundado por Heitor Villa-Lobos. Ela deixou a carreira ao se casar, dedicando-se exclusivamente ao lar, ao marido e aos cinco filhos: Elizabeth, Newton, Maria Tereza, Bruno e Marina.

Marina São Paulo de Vasconcellos estudou no tradicional Colégio Jacobina e, aos 20 anos, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Nos anos de faculdade casou-se, apenas no civil, com o colega Antônio Andrade Pacheco. Seu jovem marido, porém, morreu em menos de ano. Marina veio a se casar novamente em 1945 com Isacir Teles Ribeiro, capitão do Exército, separando-se dele em inícios dos anos 50.

Bacharel em direito, Marina retornou à vida universitária para estudar história em 1936. Aprovada no exame vestibular com grau dez, fez parte de uma das primeiras turmas da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935 por Anísio Teixeira, na qual foi aluna de Arthur Ramos, então professor de psicologia social, com quem estabeleceu imediata e forte ligação. Naquela época, foi membro da diretoria da revista da UDF, fundada pelo corpo discente. Em 1937, com a implantação do Estado Novo, as instituições de ensino

superior tiveram suas atividades submetidas às regras de uma legislação centralizadora que recusou os avanços pedagógicos da UDF. A jovem e ousada universidade foi extinta em 1939, através do decreto-lei 1.063. Dois meses após seu fechamento, foi aberta a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, cuja organização se deu, definitivamente, pelo decreto-lei 1.190, de 4 de abril de 1939, com o nome de Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Esta abrangia os cursos de ciências sociais, filosofia, geografia e história, história natural, química, física, matemática, pedagogia, letras clássicas, letras neolatinas e letras anglo-germânicas. Os alunos da UDF foram transferidos diretamente para a Universidade do Brasil, entre eles Marina de Vasconcellos, que com 27 anos – egressa do curso de história na UDF – passava para o de história e geografia dado que, na recém-fundada FNFfi, ambas as disciplinas eram congregadas em um único curso, no qual Marina se titulou.

A Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil foi a quarta instituição no país – depois da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, fundada em 1933; da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), cujo início data de 1934; e da Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 e extinta em 1939 – e foi também uma das poucas instituições do país a formar bacharéis e licenciados em ciências sociais, à qual, no Rio, somaram-se, mais tarde, as experiências da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e da atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A Universidade do Brasil tinha como tarefa preparar professores para o ensino secundário. Os alunos egressos de seus cursos eram integrados, sem concurso, na rede de ensino do Distrito Federal. Logo depois do curso, Marina foi contratada como professora do Colégio Souza Aguiar e, posteriormente, do Colégio de Aplicação do Rio de Janeiro. Ministrou aulas também na Faculdade de Filosofia do antigo Instituto La-Fayette. Em momento algum, contudo, afastou-se da Faculdade Nacional de Filosofia e da assistência ao mestre Arthur Ramos na consecução de seus objetivos em torno do fortalecimento da cátedra de antropologia e etnografia.

A FNFfi teve importância pioneira na constituição do campo das ciências sociais cariocas. Marina de Vasconcellos foi a primeira mulher a integrar o corpo docente do curso de ciências sociais na FNFfi e a única mulher a ocupar nele uma cátedra. A catedrática mais próxima a Marina era Maria Yedda Linhares, substituta de Delgado de Carvalho na cadeira de história moderna e contemporânea. Outras poucas catedráticas concentravam-se, sobretudo, nos cursos de letras. Somando os catedráticos – interinos e efetivos – da FNFfi no ano de 1950, pode-se afirmar que, de um total de 45, as mulheres eram apenas quatro, entre as quais, Marina de Vasconcellos. Em 1966, num total de 38 catedráticos, sete eram mulheres (Fávero, 1989, p.124-129).

Arthur Ramos fora indicado, com o fechamento da UDF, para lecionar na FNFfi como catedrático interino. Desde seu ingresso na FNFfi, tomou iniciativas junto à reitoria em prol da criação do curso de aperfeiçoamento em antropologia e etnografia. Em carta dirigida ao reitor datada de 1939, propunha criar o curso com duração de dois anos, encerrados com a elaboração de uma tese original a ser apreciada por uma comissão de três professores. O curso de aperfeiçoamento, ao promover o desenvolvimento regular de pesquisas, permitiria a autonomia didática da cadeira de antropologia, que se encontrava reduzida à



condição de disciplina acessória nos currículos dos cursos de ciências sociais, história e geografia. Por fim, argumentava o catedrático que era indispensável a preparação de antropólogos não apenas para o lugar de assistentes da cadeira, mas para as exigências do desenvolvimento científico nacional (carta de Arthur Ramos a Leitão da Cunha, reitor da Universidade do Brasil, citada em Barros, 1999, p.47-48).

Marina de Vasconcellos inscreveu-se no curso de aperfeiçoamento de antropologia e etnografia no ano de 1940. O programa do primeiro ano do curso constava exatamente dos seguintes tópicos: (a) migrações e colonização; (b) tipos e processo de colonização; (c) colonização do Novo Mundo; (d) estudo especial da colonização portuguesa; (e) colonização e imigração no Brasil; (f) raças e tipos étnicos europeus no Brasil; (g) raças e povos da Europa; (h) estudo social e cultural – o continente português, o continente italiano, o continente alemão, o continente eslavo, o continente báltico; (i) raças e povos de outras proveniências – o continente semita, oriental etc.; (j) política migratória contemporânea no Brasil – classificação, identificação e registro de estrangeiros, hospedagem, Conselho de Imigração e Colonização; (l) o problema da assimilação e da aculturação no Brasil; (m) revisão dos estudos sobre os tipos sociais; e (n) problemas de antropologia física, adaptação e aclimação no Brasil. No segundo ano, a partir dos temas de tese eleitos pelos alunos, seria desenvolvido um plano de pesquisa, acompanhado de sugestões de cursos.

O catedrático formou em torno de si um círculo de jovens estudiosos, revelando-se um orientador minucioso. Dedicava um *memorandum* a cada um de seus alunos, em que se via o título das respectivas teses, as sugestões dos cursos a serem feitos, as indicações para o desenvolvimento das pesquisas – arquivos e museus a serem visitados na cidade do Rio de Janeiro ou fora dela, excursões quando necessárias, grupos e comunidades a serem conhecidos e coleta de materiais no campo da pesquisa. Exigia ainda que os estudantes organizassem um fichário de referências bibliográficas no desenrolar da pesquisa, a fim de que cada uma destas constituísse, também, uma bibliografia especializada. No *memorandum* de Marina de Vasconcellos, Arthur Ramos escreveu que o tema escolhido pela aluna havia sido “A revolta dos malês na Bahia, e sua interpretação contra-aculturativa”, tema que depois seria redirecionado, sem sair da questão maior acerca dos fenômenos contra-aculturativos na formação da sociedade brasileira.

A intenção de Arthur Ramos em conciliar ensino e pesquisa o levou a criar, também, o gabinete de antropologia, como defesa intransigente do desenvolvimento da pesquisa junto à cátedra que abrangia os cursos de antropologia física, etnografia e etnografia do Brasil.

Arthur Ramos não media esforços na construção da cadeira de antropologia e etnografia, e provavelmente não encontrou colaboradora mais fiel e eficiente do que Marina. Em 1º de janeiro de 1941, Marina de Vasconcellos tornava-se legalmente a substituta de Arthur Ramos à frente da mesma cadeira. O mestre, convidado a lecionar na Louisiana State University e no College Of Arts and Sciences, desde setembro de 1940, acompanhava, de longe, a discípula, estimulando-a no cumprimento das tarefas exigidas. A lealdade de Marina para com Arthur Ramos, que marcou toda a sua trajetória, começou como aluna e seguia como sua assistente: “Aguardo ansiosamente os planos do professor para o próximo ano letivo. Será desnecessário lembrar ao Mestre que encontrará em mim uma discípula com quem poderá contar em todas as ocasiões” (carta de Marina de Vasconcellos a Arthur Ramos, citada em Barros, 1999, p.20).

Arthur Ramos elaborava os planos dos cursos que Marina ministrava em sua ausência; tomava ciência dos relatos da assistente e mantinha comunicação com a Direção da FNFi sobre o andamento dos cursos. Em 1941, após o seu retorno, o curso de aperfeiçoamento, o primeiro a partir de uma cátedra universitária em antropologia e etnografia no Rio de Janeiro, entrou em seu segundo ano.

Em 1941 e 1942, formaram-se dois grupos de alunos. Entre os inscritos em 1940 e formados em 1941, Arthur Ramos orientou, além de Marina de Vasconcellos, com o tema “Movimentos contra-aculturativos: Palmares”, Maria Dantas de Carvalho, com “Canudos como expressão aculturativa”; Antônio Traverso, com “Pedra Bonita: à luz da história e sua interpretação à luz da antropologia”; Florinda de Barros Alves Delgado, em “O sincretismo religioso negro-europeu no Brasil”, e Armando José Sampaio de Souza, com “Notas para o estudo das lendas, credences e superstições portuguesas e seus vestígios no Brasil”. Em 1942 elaboraram tese os inscritos em 1941: Hilgard Sternberg, com “A casa luso-brasileira: estudos de aculturação”; Irene da Silva Melo Carvalho, com “Será o fado um produto da aculturação musical luso-brasileira?”, e Regina Freire Carvalhal, com “A aceitação dos traços africanos no Brasil”. Assim, a FNFi formava os primeiros especialistas em antropologia por uma universidade no Rio de Janeiro. Em que pese a ausência de registros acerca da continuidade do curso de aperfeiçoamento, em 7 de junho de 1941 Arthur Ramos fundou, ao lado de representantes de várias associações científicas e congêneres, a primeira instituição brasileira dedicada ao tratamento científico da antropologia e demais disciplinas correlatas, a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE), que representou, por toda a década de 1940, um importante fórum de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa entre os primeiros titulados da FNFi.

A estruturação da SBAE havia sido pensada, conforme nos narra Azeredo (1986), para ultrapassar os limites da cátedra e da própria faculdade. Inspirado na gestão e no funcionamento das grandes sociedades científicas norte-americanas, Arthur Ramos concebeu a SBAE como uma estratégia que lhe permitiria congrega especialistas em antropologia e ciências afins, advindos dos mais variados fóruns. Assim, na qualidade de sócios correspondentes, foram incorporados Roger Bastide, Emílio Willens, Donald Pierson, Herbert Baldus, Fernando de Azevedo e Mário de Andrade, representando o estado de São Paulo; Théo Brandão e Bonifácio Silveira, representantes de Alagoas; Estácio de Lima e Antônio Osmar Gomes, da Bahia; Luiz Câmara Cascudo, do Rio Grande do Norte; Ademar Vidal, representante da Paraíba, e Dante de Laytano, em nome do Rio Grande do Sul. Eles se responsabilizaram pela redação do estatuto da SBAE, aprovado, em assembléia, em 11 de outubro de 1941. Marina assumiu a função de secretária-geral e teve, também, uma participação ativa nos eventos promovidos pela Sociedade. No ano de 1942, a Sociedade organizou, sob a presidência do reitor Raul Leitão da Cunha, o simpósio O Problema da Aculturação no Brasil, em que falaram os sócios Arthur Ramos, Hilgard Sternberg, Marina de Vasconcellos, Irene Silva Melo Carvalho, Antonio Travesso, Maria Dantas de Mendonça, Armando Sampaio de Souza, Florinda Alves Delgado e Regina Carvalhal (doc s.n., Arquivo IFCS/UFRJ).

Jovens assistentes, como Marina de Vasconcellos, e estudantes ouviam pela primeira vez, na SBAE, discussões sobre o conceito de cultura e aculturação e sobre a importância do



estudo do negro no Brasil. Na SBAE, entre outros estudos, Marina desenvolveu e expôs na forma de conferência, em 12 de agosto de 1942, a monografia com que concluiu seu curso de aperfeiçoamento, “Movimentos contra-aculturativos no Brasil: Palmares”, na qual tratava do conceito de aculturação em seus três aspectos – aceitação, adaptação e reação – analisando as causas determinantes da formação do Quilombo dos Palmares. Marina traçou paralelos entre os quilombolas na África e suas manifestações no Brasil, no que se relaciona à sua cultura material (habitação, vestuário, alimentação, armas, utensílios e comércio) e espiritual (estrutura familiar, organização social, religião e língua). A palestra foi comentada pelo professor Hélio Vianna e debatida, também, por Arthur Ramos, Costa Pinto e Mário Barata (Ata da SBAE de 12 ago. 1942, citada em Azeredo, 1986, p.149).

No dia 14 de agosto de 1946, Marina de Vasconcellos apresentou nova conferência na SBAE. Fiel à temática da aculturação e contra-aculturação, dessa vez discorreu sobre “A etnia alemã no Brasil”. Nesse trabalho, Marina reconstituiu algumas noções gerais sobre a chamada ‘mobilidade dos povos’ – o deslocamento dos indivíduos no espaço social – cuja imigração é um fator acidental no processo. Observou que os imigrantes, ao se estabelecerem num meio social muito diferente, vêem-se necessariamente obrigados a se adaptar às novas condições de vida, o que lhes traz a perda da ‘cultura autóctone’. Analisou as causas mais explícitas da imigração, como a expulsão e a atração. Na primeira, destacou as motivações de ordem econômica, política e religiosa. Sendo uma causa complementada pela outra, acrescentou que a atração supõe a expectativa de se estabelecer uma nova vida, num local capaz de oferecer melhores condições de existência. Discorreu também sobre malefícios e benefícios das elevadas taxas de imigrações, em diversos países em que essas se acentuaram a partir de 1918. De um lado, o aumento da pobreza, da criminalidade, do analfabetismo, das moléstias contagiosas, do surgimento de núcleos estranhos à estrutura social da nação; de outro, o povoamento do país, a prática de cultivo do solo, o progresso econômico, a formação étnica. Marina enfatizou ainda a importância dada aos estudos e pesquisas voltados para a definição de políticas migratórias desde 1921, que não se restringiram aos pesquisadores de um único país, mas tinham em vista a formação de um ‘órgão internacional de estudo e conciliação’, estimulando a verdadeira cooperação entre as nações. Propunha, na palestra, a discussão do contraste entre a cultura do imigrante e aquela do povo que o acolhe, focalizando a formação das colônias alemãs no Brasil. Analisou também o processo de assimilação da língua, da religião e da forma de organização da família, ressaltando por fim a relevância de um positivo processo aculturativo para os resultados, igualmente positivos, do trabalho do colono em terras brasileiras. A palestra foi comentada pelos doutores Gavião Gonzaga, Roberto Simmonard e Nilton Campos.

Transformar o ensino da antropologia e a formação de pesquisadores em uma atividade regular e rotineira significava planejar cursos, programas e orçamentos, orientar alunos, dar aulas, manter intercâmbio com outras instituições científicas e firmar convênios com instituições governamentais a fim de estimular a formação e o aperfeiçoamento do corpo docente. Foi com esse intento que a cátedra colaborou com os estudos sobre imigração, solicitados pelo Departamento Nacional de Imigração. Em 26 de maio de 1947, Arthur Ramos enviava ao então diretor da FNFi, San Tiago Dantas, o relatório das atividades solicitadas pelo diretor do Departamento Nacional de Imigração, relativas à colaboração

da cadeira de antropologia e etnografia no estudo dos primeiros imigrantes da ilha das Flores. Narrou que, tendo formado uma equipe com os estudantes Paulo Carvalho Netto, Alexandre Lissovsky, Gilberto Alves da Silva, Olga de Queiroz Combacau, Sol Garson, Sulamita de Farias Brito e Castro, Waldir da Cunha, Elvia Roque Steffan, Charlotte Wescler e Magnólia F. de Medeiros – coordenados por ele próprio e por sua assistente, Marina de Vasconcellos, sob a orientação dos instrutores treinados Sara Colcher e Elza Barbosa Chaves Pinto –, as pesquisas puderam ser realizadas. Fizeram-se estudos de antropologia física, incluindo a coleta de dados descritivos e antropométricos. Examinaram-se 763 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, com uma abstenção de 10%, referentes a crianças nos primeiros meses de idade e indivíduos que se furtaram ao exame. Tais pesquisas, feitas diariamente das 9h às 16h, examinando-se 150 pessoas por dia, em média, duraram uma semana, de segunda (19 de maio) a sexta-feira (23 de maio). Arthur Ramos esclarecia ainda ao diretor da FNFi que ao primeiro contingente seguiriam outros, até atingir o total de cinco mil imigrantes. Solicitava, por fim, a San Tiago Dantas, para a continuidade da pesquisa, a impressão urgente de dez mil fichas antropométricas, de acordo com modelo anexo, bem como a aquisição de dez fichários de aço para as fichas citadas (doc 9 –29 maio 47 arquivo IFCS/UFRJ).

Em 1947, quando Marina era assistente de Arthur Ramos, a cátedra de antropologia obteve uma relevante conquista. Embora a sociologia e a economia continuassem, desde o currículo implementado em 1939, como os eixos centrais do curso, a antropologia deixou de ser ministrada numa única disciplina durante o último ano e se desdobrou em duas disciplinas obrigatórias: antropologia num ano e etnografia noutro. Também o currículo passou a oferecer como disciplina eletiva – pela primeira vez – a etnografia do Brasil e a língua tupi. Além disso, a partir de 1947 desenvolveu-se um interesse claro pelo ensino de metodologia da pesquisa aplicada aos campos da antropologia, sociologia e economia.

A convite da Unesco, em 1949, Arthur Ramos seguiu para Paris visando consolidar uma nova orientação das pesquisas que tinham em mira “organizar no Brasil uma investigação sobre contatos entre raças ou grupos étnicos, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raça e grupos étnicos” (Unesco, 1950, citado em Maio, 1998, p.18). A presença de Ramos na Unesco, de agosto a outubro daquele ano, constituiu um momento especialmente significativo para as ciências sociais brasileiras, que muito devem a seus esforços. Eis que em junho de 1950 a 5ª Conferência Geral da Unesco aprovou aquilo que Arthur idealizara: a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil, responsável por imprimir, ao desenvolvimento das pesquisas em ciências sociais, um salto qualitativo.

Mas, sem testemunhar os frutos de seus esforços, em 31 de outubro de 1949 Arthur Ramos sofreu um infarto cardíaco fatal. A morte do catedrático reacendeu o debate sobre a sucessão da cátedra de antropologia e etnografia. Na qualidade de professora da divisão de antropologia e etnografia do Museu Nacional da Universidade do Brasil, posto a que ascendeu mediante concurso; professora contratada de antropologia social da extinta Universidade do Distrito Federal; diretora do Museu Nacional; representante do Brasil em vários congressos internacionais; membro de vários institutos de antropologia, nacionais

e estrangeiros; e tendo publicado trabalhos e organizado exposições de pesquisas científicas, em sua grande maioria relacionados à antropologia, Heloísa Alberto Torres desejou disputar a cátedra.

Heloísa solicitou ao Conselho Universitário da Universidade do Brasil, equivalência de seus títulos ao de livre-docente, que a dispensaria da exigência do diploma profissional ou científico necessário para a inscrição no concurso que, dada a sua formação autodidata, não possuía. Ela obteve a autorização do reitor Pedro Calmon, mediante parecer, a fim de se candidatar à regência interina da cadeira e, oportunamente, ao concurso para o provimento efetivo. Mas a possibilidade aberta pelo reitor esbarrou na decisão da congregação da FNFi, que reagiu imediatamente contra a concessão da livre-docência a Heloísa Alberto Torres. Tratava-se, pode-se entender assim, de uma disputa entre a modernização da universidade, que passara a ter critérios de seleção fundados na titulação acadêmica, e os perfis autodidatas que, mesmo após o início dos cursos superiores, ainda eram predominantes na FNFi. O fato é que a titulação superior como requisito indispensável para a concorrência à cátedra venceu. Pedro Calmon viu-se obrigado a retroceder na concessão do título, encaminhando ao diretor da faculdade, professor Carneiro Leão, esta carta:

Exmo. Sr. Diretor da FNFi – De referência ao processo em que a Sr<sup>a</sup> Heloísa Alberto Torres requereu equivalência de títulos que concerne ao ensino de antropologia, devo esclarecer, tendo em vista o recurso interposto pelo Conselho Departamental dessa Faculdade, que houve equívoco no despacho da reitoria, como aliás é fácil de ver, quer pela petição daquela ilustre professora, quer pela conclusão do parecer aprovado pelo Conselho Universitário. O equívoco foi prontamente notado pelo próprio relator do dito parecer, a quem novamente remeti o processo de modo que possa Vossa Excelência informar aos seus nobres colegas que não se trata de expedição de título de docente livre, senão de reconhecimento de mérito, nos termos estritos do pedido – Queira Vossa Excelência aceitar cordiais saudações. (Carta de Pedro Calmon, reitor, ao diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, Carneiro Leão, 21 nov. 1949, Arquivo IFCS/UFRJ)

Sem que Marina de Vasconcellos tivesse se tornado exatamente concorrente de Heloísa Alberto Torres, que disputava influência no campo da antropologia com Arthur Ramos, ao fim do enredo ela foi a real beneficiada, enquanto Heloísa saiu derrotada. Marina era bacharel e licenciada em geografia e história pela FNFi, da Universidade do Brasil. Foi, também, professora da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, assistente da cadeira de história da Idade Média, em 1942, e da cadeira de didática especial de geografia e história, em 1945. Conquistara a regência das cadeiras de história geral e do Brasil no Colégio de Aplicação, em concurso para o qual se inscreveram 111 candidatos licenciados em geografia e história, tendo obtido a nona colocação. Diplomada em curso de aperfeiçoamento de museus e biblioteconomia, destacava-se em seu currículo, porém, o curso de dois anos de aperfeiçoamento em antropologia e etnografia da FNFi. Constava ainda de suas credenciais a portaria de admissão na função de assistente de ensino da FNFi bem como o atestado de indicação do professor Arthur Ramos para a regência interina da cadeira naquela faculdade, durante sua permanência na Europa.

Personalizar, pois, o conflito é destituí-lo de seu significado: no que concerne a conformação do campo científico e sua nova normatização. Mas é possível afirmar que a Congregação tinha outros planos para a cátedra, que excluía a influência da antropologia do Museu

Nacional e enfatizavam a continuidade dos trabalhos de Arthur Ramos, agora nas mãos de sua ex-assistente e professora da casa, Marina de Vasconcellos. Ter vencido um nome ‘de dentro’ sobre uma personalidade ‘de fora’ traduzia um momento expressivo da construção da autonomia de um grupo intelectual que lutava por seu reconhecimento. Marina de Vasconcellos conquistou o posto almejado, em substituição a Arthur Ramos. Em 6 de junho de 1950, prestou concurso para livre-docente da cadeira, capacitando-se para o exercício do cargo de catedrática interina de antropologia e etnografia.

No concurso de habilitação ao título de docente livre da cadeira de antropologia e etnografia da FNF, Marina apresentou a tese “Alguns movimentos contra-aculturativos do Nordeste”. Fiel às suas primeiras preocupações teóricas, enfocou os movimentos religiosos de Pedra Bonita, Canudos e Juazeiro do Norte, temas caros ao curso de especialização feito sob orientação de Arthur Ramos. Marina sustentava já no prefácio de sua tese:

A interpretação antropológica, no Brasil, desses fatos sociais (movimentos contra-aculturativos), parece-nos que, a não ser pelo mestre Arthur Ramos, nas suas obras já clássicas, não foi tratada. Sem dúvida, são numerosos os estudos históricos sobre o assunto, as interpretações sócio-econômicas e as investigações geográficas. Mas a análise do fator ‘cultura’, como elemento fundamental da explicação das reações, não foi ainda tentada. Nosso objetivo é, portanto, estudar esses movimentos, buscando as explicações na personalidade humana que se projeta no cenário cultural e que é por ele influenciada, constituindo um dos mais recentes capítulos dos estudos antropológicos, “personalidade e cultura”, em que se vê que o indivíduo não é apenas o elemento fisiológico mais o hereditário, mas é uma síntese dos dois primeiros, adicionados à sua poderosa contribuição psico-social. (Vasconcellos, 1949, p.1-2)

A ‘contra-aculturação’ é, segundo Marina de Vasconcellos, uma estratégia de sobrevivência do grupo que luta contra os padrões de cultura impostos. Os resultados dessa luta, absolutamente imprevistos, podem ser considerados ilógicos se a observação for superficial, mas ao procurar as origens dos fatos eles poderão ser explicitados. Escolhendo o Nordeste como *locus* de observação e análise, Marina reconhecia na região um cenário específico de reações contra-aculturativas e via, nos exemplos de Pedra Bonita, Canudos e Juazeiro do Norte, situações exemplares.

Sua tese, datilografada em 53 laudas, foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, “A região do Nordeste”, Marina tratou de caracterizar o ambiente onde os três movimentos contra-aculturativos ocorreram. Referiu-se ao fenômeno da seca como constituinte da ‘psicologia do povo nordestino’, povoado pela ameaça real da fome e da miséria. Nesse ambiente, Marina de Vasconcellos situou o sertanejo. No capítulo 2, intitulado “O homem do Nordeste”, a autora dedicou-se a estudar o típico homem regional – o sertanejo ou o “mameluco, resistente e afeito mais ao trabalho que condiz melhor com os padrões culturais de onde se originou: a criação de gado” (Vasconcellos, 1949, p.13). Narrou seu gosto pela música e pela dança. Atentou para a cultura do nordestino marcada pela simplicidade, contemplação e bravura, qualidades que se desenvolvem na zona brasileira “com maior sentido de tragédia, na escola de sobrevivência, a seca” (Castro, 1946, citado em Vasconcellos, 1949, p.13). Destacou ainda o notável acervo de tradições – ditados populares, orações, trovas, superstições – e do ‘sertanejo narrador’. Procurou entender a cultura do cangaço e o fanatismo pseudo-religioso como reações à experiência da injustiça: uma, pela extroversão e violência; outra, pelo misticismo e fanatismo.

Mas não há barreiras intransponíveis entre o bandoleiro e o fanático. Este, na defesa de seus pontos de vista, pode arregimentar comparsas, e ele próprio o será cangaceiro, chefe de bando, pronto a praticar violências, que justifica e julga necessárias. Nem se diga que o mais celerado dos cangaceiros não participa de um intenso misticismo que se manifesta segundo as mais variadas formas, orando antes da prática de um crime, trazendo medalhas com efígies de santos ao lado de amuletos e, sem vacilações, aceitando como entidade divina qualquer indivíduo que lhe pareça de certas virtudes. (Vasconcellos, 1949, p.18)

No capítulo 3, Marina realizou um breve retrospecto histórico dos movimentos coletivos de Pedra Bonita, Canudos e Juazeiro do Norte para então, no capítulo 4, submetê-los à interpretação antropológica. A inovação trazida por Marina de Vasconcellos à academia estava na própria eleição do tema: portou-se como devedora dos estudos pioneiros de Arthur Ramos, aos quais acresceu o olhar sobre a possibilidade de resistência inexorável – contra-aculturação – por parte de um grupo às imposições da cultura mais forte.

No Brasil, uma das obras exemplares sobre o tema é *Os sertões*, de Euclides da Cunha, publicado em 1902. Depois de Euclides, muitos pesquisaram a temática, alguns insistindo na preservação das culturas locais, outros concebendo-as como atrasadas, ao compará-las aos padrões culturais dos países chamados desenvolvidos (Villas Bôas, jul. 1998). O pensamento sociológico sobre o Brasil está repleto de exemplos dessa dualidade a que Marina de Vasconcellos atentara em seus primeiros estudos e expressara em sua tese de livre-docência.

Defendida a tese e realizadas as provas didática e prática, em 29 de maio de 1950 a Comissão Examinadora do Concurso de Habilitação ao Título de Docente Livre da Cadeira de Antropologia e Etnografia da FNFfi apresentou o parecer à Congregação. Neste, lia-se que a candidata inscrita, Marina São Paulo de Vasconcellos, era considerada aprovada, tendo recebido as notas constantes na Tabela 1.

**Tabela 1**

Examinadores	Defesa de tese	Didática	Prática	média
Thales de Azevedo	7	9	5	7
Hamilton Nogueira	9	8	9	8
Djacir Lima Meneses	9	9	7,5	8,5
Josué Apolonio de Castro	9	8	7	8
Nilton Campos	10	9	7	8,6

Fonte: Fichário 3159/50. Arquivo IFCS/UFRJ.

Observa-se que, com exceção de Thales de Azevedo, examinador ‘de fora’ e professor da Universidade da Bahia, os demais membros da banca atribuíram notas elevadas à defesa da tese. Na prova didática, Marina pareceu demonstrar igualmente um correto desempenho, e entre os examinadores a avaliação não variou muito. Mas na prova prática suas notas não foram boas, salvo aquela atribuída pelo professor Hamilton Nogueira.

A concessão do título de livre-docente abria-lhe as portas da cátedra de antropologia. Marina foi nomeada, em 25 de novembro de 1950, professora catedrática interina, sendo o decreto assinado pelo reitor Deolindo Couto (doc s.n., pasta Marina de Vasconcellos, arquivo IFCS/UFRJ). Uma nova etapa na sua carreira iniciava-se: era a primeira mulher catedrática no curso de ciências sociais e umas das primeiras da FNFfi.<sup>8</sup>



Marina São Paulo de Vasconcellos ("50 anos do IFCS"; acervo IFCS/UFRJ; rep. Núcleo Audiovisual de Documentação /IFCS)



Marina São Paulo de Vasconcellos ("50 anos do IFCS"; acervo IFCS/UFRJ; rep. Núcleo Audiovisual de Documentação /IFCS)



Maria Yedda Leite Linhares ("50 anos do IFCS"; acervo IFCS/UFRJ; rep. Núcleo Audiovisual de Documentação /IFCS)



Arthur Ramos (FH/FOT/339591(1), acervo Correio da Manhã, Arquivo Nacional; rep. Seção de Consultas/Arquivo Nacional)





Prédio da Faculdade Nacional de Filosofia (E001.1; acervo Proedes/FE/CFCH/UFRJ; rep. Tatiana Pacheco)



Reunião do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade Nacional de Filosofia (GC613(13), arquivo Gustavo Capanema, Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil)

Marina jamais se submeteu ao concurso para a investidura na cátedra como efetiva, permanecendo, ao longo dos anos, catedrática interina. Para os alunos tal condição era um detalhe, se não desconhecido, irrelevante. Na prática, Marina foi a catedrática de antropologia e etnografia. Não se conhecem com exatidão os motivos que a levaram a permanecer como interina. Na FNF, as controvérsias a respeito das contratações de docentes e dos concursos para catedráticos eram freqüentes. Ao buscar possíveis respostas junto a meus entrevistados, alguns observaram que a prática corporativista da Faculdade preferia a manutenção na cátedra de um nome da casa ao risco de, abrindo-se o concurso, ingressarem candidatos de fora. Tais ponderações, contudo, não esclarecem completamente a questão.

De 1950 até 1968 Marina exerceu a cátedra na FNF, posteriormente UFRJ. Ainda que tenha deixado poucos escritos, parece inegável sua influência na formação de jovens cientistas sociais, em 28 anos de magistério – incluído o período como assistente de cátedra. Foi possível notar ainda sua preocupação teórica com a ‘evolução da cultura nacional’. Marina desenvolveu na academia uma problemática específica: o estudo dos movimentos contra-aculturativos, herança do mestre Arthur Ramos. Embora vista de diferente ângulo, a temática privilegiada por ela, diz respeito ao processo civilizatório e ao destino das culturas nacionais ou locais, ainda hoje perdura na pesquisa antropológica e sociológica.

Empenhada na campanha por autonomia e prestígio da antropologia como ciência social, em 1953 escreveu o trabalho intitulado “Relações da antropologia com a psicologia social”, apresentado na 1ª Conferência de Psicologia em Curitiba, entre 1º e 8 de dezembro daquele ano.<sup>9</sup> Nele, Marina mostrava que a antropologia, nascida dos estudos de anatomia e desenvolvida através de pesquisas paleontológicas, descobrira, enfim, seu objeto específico: o tratamento das manifestações culturais dos povos. Tylor, apesar de seu evolucionismo, e Malinowski, com o conceito de ‘função do traço cultural’ e a abordagem dos problemas advindos da ‘difusão cultural’, contribuíam na delimitação do trabalho do antropólogo. O ofício ajudava na criação de um respeito à autodeterminação dos povos, não cabendo ao antropólogo concorrer para “estabelecer uma verdadeira norma de conduta governamental para o benefício de todos os povos”, mas sim colaborar com os governos, no caso da pesquisa aplicada, “para identificar as origens dos traços culturais em estudo, de seu desenvolvimento, de suas transformações por contato ou invenção, a fim de que se assentem as normas institucionais sem a violação destruidora das tradições dos povos ... a fim de que não sejam quebradas suas formas e funções culturais” (Vasconcellos, 1953, p.5, 6).

No mesmo trabalho, Marina observou como o conhecimento fornecido pela antropologia pode se somar ao da psicologia social, principalmente ao dar-lhe subsídios para a observação do homem em agrupamentos humanos plurais que seguem, pois, padrões culturais diversos: “obviamente, o homem não pode ser observado senão dentro de seus contextos sócio-culturais e qualquer separação entre homem e sociedade será absurdamente falsa” (Vasconcellos, 1953, p.7). Atenta às relações entre personalidade e cultura, Marina de Vasconcellos marcava sua cátedra com as contribuições teóricas de Franz Boas, Ruth Benedict e Ralph Linton, concebendo como papel da antropologia e das demais ciências sociais “constituir uma base comum para a compreensão, interpretação e melhoria dos homens em seus quadros sócio-culturais. E o objetivo final será, sem dúvida, o equilíbrio

social universal, base da única e verdadeira fraternidade” (p.8). No exercício da cátedra, pois, Marina fazia da antropologia uma alternativa concreta para aqueles que buscavam um lugar nas ciências sociais.

Marina deu continuidade aos esforços de afirmação da antropologia como disciplina autônoma, sobretudo quando, a partir dos anos 50 e 60, o apelo da sociologia e da ciência política tornou-se cada vez mais forte entre os estudantes, dada a conjuntura nacional e internacional e a confiança nas possibilidades de mudanças estruturais das instituições políticas e sociais. Ainda que a sedução da sociologia e da ciência política se fizesse notável naqueles anos, a cátedra de antropologia jamais deixou de representar uma opção para os alunos, sobretudo, conforme os depoimentos dos ex-alunos do IFCS, pela qualidade de seus cursos.

Foram seus ex-alunos entrevistados que unanimemente recordaram que as aulas de ‘dona Marina’ começavam pontualmente às sete horas da manhã, e a tolerância de atraso não ultrapassava os quinze minutos iniciais. Lembraram, também, o rigor e a justiça na distribuição das notas. Como fato distintivo, havia ainda o gabinete de antropologia onde eram dadas as aulas, patrimônio herdado de Arthur Ramos no antigo prédio da FNFi, bem situado e mobiliado, adequado às atividades práticas exigidas pela ciência antropológica.

Na ampla sala, com suas estantes e vitrines enormes, apresentando numa um esqueleto, noutra, um corpo humano feito com as vísceras expostas, uma grande coleção de instrumentos estranhos e os bustos de gesso representando os tipos étnicos do mundo. Coleções de objetos indígenas, estátuas de representação afro, mapas e arquivos davam, também, solenidade ao ambiente. (Barros, 1999, p.9)

Os rituais de rotinização evidenciam a importância de seu carisma para a manutenção de uma nova ordem. A afirmação da disciplina antropologia, ainda frágil no cenário institucional, exigia da catedrática uma vigilância perene. Marina emprestava ao cargo uma aura de importância e prestígio que foi importante na afirmação de uma nova disciplina naquele ambiente. Semeava o terreno para que um grupo bem-formado desse continuidade às atividades ligadas à cátedra. Parecia ter plena consciência de que era uma formadora de quadros profissionais para a universidade. A dedicação à preparação daqueles que um dia a substituiriam era objeto de admiração por parte de seu seleto grupo de assistentes:

Marina era uma mulher que se impunha. A Marina fazia as coisas com muita responsabilidade. Nesse ponto, era até um pouco constrangedor, eu te confesso, o assistente dar aula e ela ficar, às vezes de pé, às vezes sentada, na sala. Eu não olhava aquilo como vigilância; eu olhava como responsabilidade que ela entendia ter, por aquele curso ser bem dado.

Em 1958 foi fundado o Instituto de Ciências Sociais (ICS), do qual Marina foi conselheira, assumindo sua presidência em 1965. O Instituto, com sede na rua Marquês de Olinda, em Botafogo, foi uma prova concreta do intento da Universidade do Brasil em viabilizar a formação de pesquisadores em ciências sociais. Reuniram-se as faculdades que mantinham cursos afins às ciências sociais – Faculdade Nacional de Direito, Faculdade Nacional de Filosofia, Faculdade de Ciências Econômicas e Museu Nacional –, que indicavam seus respectivos representantes para compor o Conselho Diretor do ICS, o qual postulava

uma nova organização da atividade de pesquisa, desvinculada da cátedra. Dirigido por um colegiado, com presidente eleito pelos seus pares e rodízio obrigatório, o ICS representou uma reforma profunda da estrutura universitária tradicional, muito antes do movimento reformista organizado.

O ICS reuniu como fundadores Evaristo de Moraes Filho e Lineu de Albuquerque Mello (Faculdade Nacional de Direito); Darcy Ribeiro e Victor Nunes Leal (FNFi); Luiz de Castro Faria (Museu Nacional); Luiz de Aguiar Costa Pinto, Themístocles Brandão Cavalcanti (Faculdade de Ciências Econômicas) e Marina de Vasconcellos. Em momentos diversos, entre 1958 e 1967, compuseram seu conselho diretor, além desses nomes, Roberto Cardoso de Oliveira, Jorge Kingston, José Nunes Guimarães, Antonio Garcia Miranda Neto, José Pereira de Souza e Maria Stella Amorim. Foram diretores de programa Tomás Pompeu Accioly Borges e Manuel Diegues Júnior. Compuseram seu corpo de pesquisadores Maurício Vinha de Queiroz, Luciano Martins, Carlos Dória Seabra Soares, Íon Seabra de Freitas; José Antonio Pessoa de Carneiro, Nilda Águeda Martinez Pita, Maria Stella Amorim e Vera Werneck (Almeida, 1989, p.50).

O ICS instituiu o tempo integral para a atividade de pesquisa e concedeu bolsas para que graduandos se iniciassem como auxiliares dos professores e realizassem a discussão de textos indicados pelos catedráticos, muitos deles traduzidos pelos próprios pesquisadores. Ministravam-se ainda cursos de extensão em métodos de pesquisa para estudantes da graduação. Entre outros, passaram pelo ICS os jovens bolsistas Alba Zaluar, Marilena Barboza, Gilberto Velho e Yvonne Maggie. Recebeu, também, como alunos-bolsistas, Wellington Moreira Franco e Stephanie Wilberg, da PUC-RJ.

Nos anos 60, os projetos que Marina desenvolvia desde a década de 1950 tornaram-se mais viáveis. Assim, em 26 de outubro de 1962, Marina passou às mãos do diretor da FNFi, Eremildo Vianna, o plano de estudos da cadeira de antropologia para o ano de 1963, incluindo o estudo dos processos de aculturação em consequência da instalação da Companhia Nacional de Álcalis, em Arraial do Cabo (RJ), pesquisa chamada “Mudanças sócio-econômicas em Arraial do Cabo”. Em 1963 formalizou-se a criação de um setor de pesquisa da cadeira de antropologia, tendo Marina encaminhado a Eremildo, em 26 de outubro daquele ano, um novo plano de pesquisa para 1964, nas localidades fluminenses de Itaguaí e Barra de Guaratiba, onde se pretendia estudar uma colônia de pescadores em vias de desaparecimento.

A derrocada do regime político democrático no país transformou, também, as diversas orientações teóricas e temáticas no campo das ciências sociais, assim como os destinos dos próprios cientistas sociais e de suas respectivas instituições. As mudanças políticas foram profundamente sentidas na FNFi e, de certo modo, a trajetória de Marina São Paulo de Vasconcellos é reveladora disso. A Faculdade tornou-se um locus privilegiado do debate intelectual no cenário carioca. Convergiam militantes do Partido Comunista que, com o ‘racha’ de 1962, foi desmembrado em Partido Comunista Brasileiro (PCB), que assumiu a política renovada, e Partido Comunista do Brasil (PC do B), que reivindicava a ortodoxia marxista. Também na FNFi encontravam-se desde os estudantes da JUC (Juventude Universitária Católica) até os militantes da AP (Ação Popular).

Muitos entrevistados referiram-se à mística da FNFi, isto é, à profunda atração que a instituição exercia sobre os estudantes, como nucleadora de múltiplas ações, sobretudo

daquelas que partiam do movimento estudantil. Os entrevistados, contudo, narraram o desencanto que se seguiu à euforia inicial. Com o golpe militar de 1964, não demorou a vir a forte repressão aos movimentos de protesto estudantil, fato que se deu com a lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, de autoria do ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda, no governo Castelo Branco, que abolia a autonomia e representatividade do movimento estudantil, buscando tornar as entidades estudantis dependentes do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Por sua vez, o ato institucional n.2, editado em 27 de outubro de 1965, extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a substituiu pelo Diretório Nacional dos Estudantes, assim como as Uniões Estaduais davam lugar aos Diretórios Estaduais.

Estimava-se a aprovação da reforma universitária para fins de janeiro de 1967. Com a nova Constituição, a cátedra foi eliminada e o departamento tornou-se a menor unidade do sistema universitário. Em 21 de fevereiro de 1967, Marina foi eleita para o cargo de chefe do Departamento de Ciências Sociais. Quando as mudanças advindas da Reforma Universitária extinguiram o sistema de cátedra, a antiga FNFi foi desmembrada e o curso de ciências sociais foi transferido para o departamento de mesmo nome, no recém-criado Instituto de Ciências Sociais, na rua Marquês de Olinda, em Botafogo. Assim, por força do decreto 60.455, de 13 de abril de 1967, que reestruturou a UFRJ, os institutos devotados unicamente à pesquisa foram extintos. Enquanto o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) estava sendo criado, porém, as atividades do ICS se mantiveram, e, segundo os depoimentos, Marina sempre esteve atenta para que não faltassem os recursos básicos para a consecução das pesquisas.

Em 3 de janeiro de 1968 Marina foi eleita, por aclamação dos colegas da congregação, a primeira representante do corpo docente do IFCS no Conselho Universitário. Em 2 de fevereiro era indicada, em substituição a Djacir Menezes, para a direção *pro tempore* do Instituto.

Marina não era filiada a nenhum partido ou organização de esquerda. Seus ideais humanistas levaram-na, porém, a uma firme defesa da instituição que dirigia e da manutenção da integridade física e moral de seus membros. Posicionava-se contra toda forma de extremismo e discordava de inúmeras ações de protesto lideradas pelos estudantes, mas sabia protegê-los da repressão dentro dos muros da universidade. Solidária, mesmo quando divergente nas opiniões, sua personalidade e liderança eram incontestáveis, segundo os relatos. A luta em defesa de seus colegas e alunos fez dela uma mulher que, num momento de exceção na sociedade brasileira, tornou-se indispensável na defesa da autonomia universitária: “Os policiais entravam e ela enfrentava. Fez uma aliança com os alunos, uma estratégia de impedir a entrada da força policial no Instituto. Alunos ficavam, às vezes, à noite, no Instituto para dormir lá, para escapar da repressão. Ela foi a ‘mãe’ dos alunos naquele tempo. Se não fosse d. Marina, as coisas teriam ficado muito mais difíceis...” (depoimento de Maria Stella Amorim, 17 mar. 1999).

Em 13 de dezembro de 1968 foi instituído o AI-5, o mais drástico de todos os atos institucionais que, entre outras medidas, decretou o fechamento do Congresso, a intervenção em estados e municípios e a suspensão do *habeas corpus* nos casos de “crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social, e a economia popular”. Em 15 de janeiro, Marina procurou o reitor Moniz de Aragão – que a conhecia, assim



como a seu pai, falecido em 1961 – e pediu dispensa do cargo de diretora por motivo de saúde, dispensa esta que lhe foi concedida. Manteve-se no cargo até a notificação no Diário Oficial, que se deu em 12 de fevereiro, quando então o professor Eduardo Prado de Mendonça o assumiu. Reunida com a congregação, a esta manifestou-se:

Acreditando ser esta reunião a última que tenho a honra de presidir, quero agradecer a todos os colegas que no decorrer de minha gestão, em horas difíceis, extremamente amargas, apoiaram esta Direção. Agradeço, também, à Presidente do Diretório Acadêmico, como representante do corpo discente, a consideração e o apoio que manifestou e solicito da mesma dar conhecimento do meu agradecimento aos alunos deste Instituto. (ata da 17ª Reunião da Congregação do IFCS/UFRJ, em 12 fev. 1969/arquivo do IFCS/UFRJ)

Em 28 de abril seu nome foi publicado no Diário Oficial da União entre aqueles da nova lista de cassados, que golpeava outros 24 professores da UFRJ.<sup>10</sup> A polícia cercou o Instituto. Marina não pôde sequer retirar seus pertences pessoais do Gabinete de Antropologia.

Em 13 de junho de 1969, por ocasião da visita de Nelson Rockefeller ao Brasil representando o presidente Nixon, com receio de manifestações contrárias o governo deu ordem de prisão para diversos nomes ligados ou não a movimentos intelectuais de oposição. Entre eles, Marina São Paulo de Vasconcellos, que permaneceu presa por seis dias no presídio feminino São Judas Tadeu, na rua da Relação, n. 30, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Foi descoberta ali após busca intensa protagonizada por seus ex-alunos, tendo um deles recorrido a um parente de alta patente militar.

Proibida de pisar na Universidade, com seus direitos civis e políticos cassados, isolada de todos pela ausência mesma de filiação a qualquer rede da ‘esquerda’, a saúde de Marina entrou em franco declínio. Em 1973 foi hospitalizada com aneurisma cerebral. Assistida por poucos familiares e por seus ex-alunos, morreu na enfermaria do Hospital dos Servidores Públicos em 12 de fevereiro de 1973.

### **Considerações finais**

Marina de Vasconcellos vivenciou o ‘despontar’ das ciências sociais no Rio de Janeiro. Primeira mulher a ocupar uma cátedra num curso de ciências sociais, teve aqui sua trajetória examinada como uma mulher bem-sucedida, se não pela produção escrita, por sua atuação na qualificação de novos quadros profissionais, na construção da rotina acadêmica, na direção e gestão do primeiro instituto de formação de cientistas sociais na universidade pública carioca.

Não publicou livros nem se destacou como intelectual, segundo alguns depoimentos, mas para os catedráticos de sua geração a produção de textos implicava subestimar a sala de aula e o cotidiano institucional. E Marina, ingressa na FNFi em fins dos anos 30, jamais colocaria em segundo plano a sala de aula nem a formação de novos pesquisadores. Talvez, portanto, devamos relativizar os critérios de intelectualidade, caso estes omitam a importante função do catedrático, que é a de ter alunos.

Marina de Vasconcellos experimentou lutas, conquistas e derrotas num mundo masculino. Nele construiu sua trajetória e aliou-se a homens de prestígio. Grande parte das



atividades por ela desenvolvidas expressou a lealdade à memória de Arthur Ramos e aos ideais que comungaram acerca da cátedra de antropologia. Se os homens de prestígio explicam, em parte, a proeminência de Marina na área, também por causa deles teve enfrentamentos e fez escolhas que não lhes trouxe apenas ganhos. Sobretudo há de se notar que Marina teve, em seu ofício, uma projeção raríssima para as mulheres de seu tempo e, mesmo assim, pouquíssimo se escreveu ou se ouviu falar dela, o que justifica a eleição de seu nome como mote da reconstrução dos círculos dos cientistas sociais no Rio de Janeiro.

Em *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil*, Sergio Miceli (1979) aponta que os primeiros representantes da intelectualidade brasileira eram filhos de famílias abastadas, algumas delas em decadência material. Graças a seus conhecimentos e relações pessoais, passaram a ocupar cargos no Estado brasileiro em expansão. Foram responsáveis pelas políticas de inovação, proteção e conservação da educação e da cultura. Em sentido sociológico, ser um ‘nome importante’ supunha representar os valores de uma elite intelectual e política que, naquelas décadas, procurava construir o Brasil. Ingressar nesse mundo implicava, ainda segundo Miceli, em *Poder, sexo e letras na República Velha* (1977), a capacidade de utilizar o capital das relações sociais e da honorabilidade – educação dos filhos; escolha dos cursos superiores; casamento; nomeação para cargos públicos – para ocupar posições de prestígio, em expansão naquele dado contexto. Marina usufruiu das ‘boas relações’, e não há dúvidas de que representava uma elite. Este estudo não ignora o fato de que o mundo da cultura e da universidade de seu tempo era de privilégios. Os homens e as raríssimas mulheres ingressados nesse meio deviam sua presença ali, sobretudo, ao *status* de suas respectivas famílias e das alianças que lhes foi possível estabelecer no campo intelectual.<sup>11</sup>

A visão visceralmente sociológica de Simmel (1939), que observa a sociedade sob a perspectiva das aproximações e dos afastamentos, do jogo sutil das distinções entre estar mais próximo ou mais longe (Cohn, out. 1998) autoriza-nos a atentar para aspectos inéditos do campo das ciências sociais, tais como as formas pelas quais seus componentes assumiam, também nas relações de tensão e poder, novos papéis sociais e criavam novos círculos, aproximando-se ou distanciando-se nas interações incessantes. A análise ‘simmeliana’ dos círculos das ciências sociais no Rio de Janeiro, a partir da trajetória de Marina, soma argumentos para que se entenda a formação do campo científico como um processo em que as experiências de continuidade sobressaem sobre a ênfase em supostos ‘cortes abruptos’. Mesmo as descontinuidades institucionais, percebidas na história das ciências sociais cariocas, não anularam a intrincada rede de círculos sociais entre os cientistas sociais da cidade, que permitiu a continuidade e vitalidade desse campo de saber.

Marina de Vasconcellos situava-se na universidade. A partir dela foi possível ‘puxar os fios’ que remetem à experiência da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada por Arthur Ramos, herdeiro e crítico de Nina Rodrigues. Também a partir de Marina pôde-se recuperar o movimento de ‘rotinização’ da então novíssima Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, mediante a afirmação da importância da cátedra, bem como os sabores e dissabores da institucionalização da pesquisa. Com Marina chega-se ao Instituto de Ciências Sociais e a seu papel relevante no despertar de carreiras individuais e no lançamento de temas inovadores das ciências sociais.

Enfim, as 'teias' de Marina de Vasconcellos revelam a formação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Brasil e, ao cabo, a luta pela sua preservação contra as ameaças do regime ditatorial. Herdeira de Arthur Ramos, tornou-se figura-chave na manutenção e transmissão desse legado. Responsável pelo treinamento de novos profissionais, pela provisão de um ambiente adequado ao aprendizado, pela incorporação de novos atores e pela sustentação de padrões de desempenho através da alocação de meios e recompensas para o exercício do conhecimento, criou uma rotina que garantiu a convivência intelectual. Ao recomendar a seus alunos a leitura de trabalhos específicos, despertar neles a motivação para o desempenho posterior daquela atividade à qual se dedicavam, criar e reiterar regras necessárias para a homogeneização do grupo, Marina criou também novos círculos intelectuais. Tal como Simmel compreenderia, Marina criou um 'mundo de relações' como professora de uma nova geração de cientistas sociais. Referir-se à sua história é falar dos atuais quadros das ciências sociais no Rio de Janeiro, que por sua vez são os formadores de uma novíssima geração de cientistas sociais.

Gilberto Velho (1994) observa que, nas sociedades em que predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia torna-se fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter significado crucial como elemento constituinte da sociedade. A memória desse indivíduo ganha relevância social. Suas experiências pessoais, desejos, decepções, frustrações, triunfos distinguem-no como 'indivíduo'. Simultaneamente, uma vez interpretadas e contextualizadas, aquelas experiências individuais podem remeter a experiências de grupos, gerações e instituições. Um projeto de vida, conceitua-o Gilberto (p.101), é a conduta organizada para atingir finalidades específicas. Específicas mas não explícitas, no início da trajetória do indivíduo; tornam-se claras com o tempo e com a avaliação do projeto de vida, através dos recursos da memória e da biografia. Esses recursos sugerem uma visão retrospectiva dos acontecimentos. Uma das questões mais interessantes e polêmicas, segundo o autor, é verificar até que ponto a participação de indivíduos num estilo de vida e numa visão de mundo, com algum grau de particularidade, implica uma adesão significativa para a demarcação de fronteiras e elaboração de identidades sociais.

Contudo, se o conceito de sociedade somente existe como processo, como movimento, como mobilidade, os 'começos' enfrentados por Marina respondem, nos acontecimentos extremamente pequenos, pelo que hoje se considera uma bem-sucedida institucionalização das ciências sociais brasileiras. Trata-se de aplicar o princípio dos efeitos infinitamente múltiplos e pouco visíveis, que estabelecem os nexos sincrônicos e diacrônicos formadores da sociedade. Assim sendo, Marina ganha, aqui, o título de 'mãe fundadora' e responde também pelo crescimento surpreendente das ciências sociais que hoje se verifica no país.<sup>12</sup>

O que faz a sociedade existir são as relações que se estabelecem entre os indivíduos. Não é diferente quando se tenta explicar a consolidação do campo das ciências sociais. Alianças e confrontos fazem parte do 'jogo' que torna a sociedade possível. O mais extraordinário é pensar no pulsar eterno das interações sociais, em que antagonistas e aliados são mutantes. Isto é a condição mesma do dinamismo social, e tal é também a tarefa da sociologia: considerar pormenorizadamente as relações sociais aparentemente insignificantes e torná-las evidentes.

## NOTAS

\* O artigo deriva de minha tese de doutorado *Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos*: entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro, defendida em 2000 no PGSA/IFCS/UFRJ, sob orientação de Glaucia Villas Bôas. A esta devo a reflexão aqui retomada. Também agradeço a Nara Azevedo, pelo incentivo. Dedico o trabalho a meus alunos. A tese não existiria sem o Arquivo do IFCS/UFRJ, consultados nos anos de doutorado. Esse acervo, ameaçado cotidianamente de desaparecimento porque muitos desconhecem seu valor para a história do IFCS e de suas origens, bem como das ciências e de seus protagonistas desde a criação da FNFi, era defendido arduamente, à época, pela então diretora Yvonne Maggie. Hoje, Jessie Jane Vieira de Sousa e Glaucia Villas Bôas, respectivamente diretora e vice-diretora do IFCS, lutam não menos pela permanência do arquivo na instituição, como também pela possibilidade de ele vir a servir a tantos mais pesquisadores como a mim serviu. Agradeço mais uma vez a Elizabeth Carvalho por ter me apresentado à sua mãe, Sylvia Vasconcellos de Carvalho, cujo depoimento serviu-me como resposta a muitas indagações sobre sua irmã, Marina de Vasconcellos, tendo ela ainda cedido fotos da família para reprodução na tese.

<sup>1</sup> O livro de Georg Simmel, *Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung* (1908), foi traduzido para o espanhol com o título *Sociologia: estudios sobre las formas de socialización* (1939). Em inglês, podemos ler capítulos fundamentais em *On individuality and social forms* (1971), bem como na coletânea, organizada por Kurt Wolff, *The sociology of Georg Simmel* (1950). Em francês, o livro de Simmel foi traduzido sob o título *Sociologie: études sur les formes de la socialization* (1999).

<sup>2</sup> A melhor tradução de *Vergesellschaftung* parece ser ‘sociação’, adotando a tradução dos simmelianos norte-americanos, tal como explica Evaristo de Moraes Filho (1983), a fim de não confundir esse conceito com socialização, sociabilidade ou associação, que têm significados distintos. ‘Sociação’ é sinônimo de ‘forma social’, isto é, a unidade em que os indivíduos realizam seus interesses, pulsões, inclinações, objetivos, interesses, entre outros. São exemplos de formas de ‘sociação’: dominação e subordinação; competição; imitação, divisão do trabalho; formação de partidos; representação; isolamento; cooperação; centralização; descentralização. Para Simmel, é necessário identificar as formas puras de ‘sociação’, estudá-las em seu desenvolvimento histórico para que se afirme tal procedimento como o problema por excelência da sociologia (Simmel, 1939).

<sup>3</sup> Nos tomos 1 e 2 de *Economia e sociedade* (1944, 1991), Max Weber indaga-se: como uma ordem social pode existir e fazer reconhecer sua autoridade, perante outras iniciativas igualmente inovadoras? Nota-se, portanto, que o sociólogo conferiu à idéia de rotinização do carisma uma atenção especial. Se apontava o carisma como o elemento instaurador do novo, relacionava a manutenção do novo, que é a definitiva libertação do antigo, à constituição de um quadro de funcionários capaz de assegurar a perenidade das profecias. A rotinização do carisma não era, para Weber, a perda das qualidades do novo, mas a garantia da sua permanência. Sabemos que o carisma, como qualidade pessoal, intransferível e extra-cotidiana, é o oposto da rotina. Paradoxalmente, porém, a rotina é a única forma encontrada para dar continuidade às mudanças inauguradas pelo carisma. A rotinização do carisma supõe sua adaptação à idéia de cálculo, provisão das necessidades, racionalidade das ações, obediência a certas regras, prática duradoura e regularidade, na transmissão de certos conhecimentos.

<sup>4</sup> Sem discriminar as formações sociais macro e micro, Simmel interessou-se por investigar temas múltiplos, tais como a economia monetária, a divisão do trabalho, a coqueteria, a prostituição, a moda, o segredo e a amizade. Evaristo de Moraes Filho (1983, p.59, 60) registrou a passagem que sintetiza a percepção do autor acerca do objeto de estudo da sociologia: “A sociedade existe onde quer que vários indivíduos entram em interação ... Aquela unidade ou ‘sociação’ (*Vergesellschaftung*) pode ter diversos graus segundo a espécie e a intimidade que tenha a interação – desde a união efêmera para dar um passeio até a família; desde as relações por prazo indeterminado até a pertinência a um mesmo Estado; desde a convivência fugitiva num hotel até a união estreita de uma corporação medieval”.

<sup>5</sup> Mariza Corrêa (1997b), ao reconstruir as linhagens femininas na antropologia, observa que nenhuma das alunas de Franz Boas, nos Estados Unidos, ou de Malinowski, na Inglaterra, alcançaram a reputação acadêmica de seus mestres. A popularidade de Margaret Mead, por exemplo, foi usada contra ela. Ruth Benedict, embora tenha presidido a Associação Americana de Antropologia, em 1947 e 1948, somente se tornou *full professor* após 26 anos de docência, dois meses antes de falecer. Assim, as linhagens antropológicas continuam tranquilamente a tratar as mulheres como figuras secundárias, no cenário institucional da disciplina. Na Inglaterra, embora um número menor de antropólogos tivesse permitido uma maior nitidez nas filiações femininas, estas não foram mais facilitadas. No caso da França há um grande silêncio a respeito de possíveis linhagens femininas na literatura antropológica. Mas o movimento é suficiente para justificar as pesquisas recentes como restauradoras das pioneiras presenças femininas nas

ciências. De Mariza Corrêa (1997a) também é o primeiro artigo publicado sobre Heloísa Alberto Torres. Heloísa Pontes (1998) estudou a geração de Antonio Candido notando que, como autoras no grupo, as mulheres se fizeram presentes na condição de poetisas e contistas. Aos homens dedicava-se o espaço da crítica à cultura, seção que definia a revista *Clima*. De todas as mulheres do grupo *Clima*, Gilda Moraes Rocha (depois, Mello e Souza), formada pela Faculdade de Filosofia em 1939, foi a única que conseguiu conciliar as atribuições domésticas com a carreira universitária. Conforme observou Pontes, os Mello e Souza são uma exceção a confirmar a regra: o grupo *Clima* foi pródigo em encontros afetivos, mas poucos foram os casais a realizar carreiras paralelas.

<sup>6</sup> Simmel introduz o conceito de ‘vivência’ (*Erlebnis*) para dar conta da “impressão da sociedade no sujeito”. Isso nos permite afirmar que, a par do entendimento das inter-relações (*Welchselbeziehungen*) entre os indivíduos, importa capturar como tais ações são percebidas por cada ator social (Rammsted, Dahmme, 1998, p.216, 217).

<sup>7</sup> Luís Rodolfo Vilhena (1997) analisa o projeto dos folcloristas do Brasil, no período de 1947 a 1964. Seu intuito é o de mostrar como o folclore, considerado por cientistas sociais um bem arcaico – resquício do passado – ganha enorme força naquele período de mudanças e rupturas. Foi na década de 1950 que cresceram as instituições voltadas para a preservação do folclore, avaliado como uma das fontes mais importantes da cultura brasileira. Ainda assim, os esforços dos folcloristas em implementar aquele tipo específico de saber como uma disciplina acadêmica foram infrutíferos, contrastando com o êxito da afirmação da antropologia como um dos eixos das ciências sociais institucionalizadas na universidade.

<sup>8</sup> Até o final de 1950, eram catedráticas na FNF i apenas Aida Gracia Bianchini (língua e literatura italiana); Madeleine Sophie Manuel (língua e literatura francesa) e Melisa Stodart Hull (filosofia) (Fávero, 1989, p.124-125).

<sup>9</sup> Agradeço à professora Luitgarde Cavalcanti Barros a cópia do texto, constante de seu acervo pessoal.

<sup>10</sup> Do IFCS, foram cassados pelo AI-5: Marina São Paulo de Vasconcellos (ciências sociais), Álvaro Vieira Pinto (filosofia), Eulália Lobo (história), Evaristo de Moraes Filho (ciências sociais), Guy José de Hollanda (história), Hugo Weiss (história), José Américo Pessanha (filosofia), Manoel Maurício de Albuquerque (história), Maria Yedda Linhares (história), Miriam Limoeiro Cardoso (ciências sociais), Moema Toscano (ciências sociais) (Fávero, 1989b, p.65).

<sup>11</sup> Cabe notar que os intelectuais universitários que não eram oriundos da elite existiam, ainda que fossem exceções. A trajetória de Florestan Fernandes, em São Paulo, é conhecida por todos. No Rio de Janeiro, Guerreiro Ramos, também enfrentando o preconceito da cor, construiu uma carreira intelectualmente admirável, ainda que fora da Faculdade Nacional de Filosofia, onde desejara ter sido professor.

<sup>12</sup> Em 1991, havia 13.655 alunos matriculados em cursos de graduação e 78 instituições disseminadas por quase todos os estados da federação, contando, em 1992, com estudantes de pós-graduação em 21 centros de ensino e pesquisa. Embora ainda não existam registros estatísticos, estimativas feitas a partir de dados do CNPq permitem avaliar o número de doutores em 300, algumas dezenas deles formados em centros de excelência no exterior. Analisando os números referentes a essa área, que no Brasil inclui as disciplinas de sociologia, antropologia e ciência política, verifica-se que, atualmente, ela conta com cerca 13 mil estudantes de graduação e aproximadamente 500 doutores em atividade nos centros de pós-graduação. Assim, 250 novos mestres e 50 novos doutores titulam-se em média a cada ano no país. Além disso, as ciências sociais ocupam o primeiro lugar em dotação de bolsas de pesquisa na área de ciências humanas e sociais do CNPq, quantidade que supera a dotação concedida, por exemplo, aos psicólogos, aos economistas e aos comunicadores sociais (Werneck Vianna, Carvalho, Melo, 1994).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira.  
*As ciências sociais no Rio de Janeiro: o CBPE/Inep*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. (mimeo). 1989.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares.  
Castelos na areia: dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro (1930-1964). In: Miceli, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Vértice; Idesp. p.188-216. 1989.
- AZEREDO, Paulo Roberto.  
*Antropólogos e pioneiros: a história da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. (Série Antropologia, 9). 1994.
- BARROS, Luitgarde.  
*Arthur Ramos e as dinâmicas sociais de seu tempo*. Maceió: Edufal. 1999.
- COHN, Gabriel.  
As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.38, p.53-62. out. 1998.
- CORRÊA, Mariza.  
Dona Heloísa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.40, n.1, p.11-54. 1997a.
- CORRÊA, Mariza.  
O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.3, n.7. p.70-96. 1997b.
- CUNHA, Ciro Vieira da.  
*Aleixo de Vasconcellos: notas bio-bibliográficas*. Rio de Janeiro: Olímpica. 1966.
- FÁVERO, Maria de Lourdes (Org.).  
*Faculdade Nacional de Filosofia*. 5v. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1989.
- MAIO, Marcos Chor.  
*A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. 1998.
- MICELI, Sérgio.  
*Intelectuais e classes dirigentes no Brasil – 1920-1945*. São Paulo: Difel. 1979.
- MICELI, Sérgio.  
*Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva. 1977.
- MIGLIEVICH Ribeiro, Adelia Maria.  
Heloísa Alberto Torres, Arthur Ramos e Marina de Vasconcellos na FNFi: conflitos e institucionalização das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro. In: Porto, Maria Stela Grossi; Dwyer, Tom (Org.). *Sociologia em transformação: pesquisa social do século XXI*. Porto Alegre: Tomo Editorial. p.87-109. 2006.
- MORAES FILHO, Evaristo de (Org.).  
*Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática. (Grandes Cientistas Sociais, 34). 1983.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi.  
As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: Miceli, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v.2. São Paulo: Sumaré. p.233-307. 1995.
- PONTES, Heloísa.  
*Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo: 1940-1968*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
- RAMMSTED, Otthein; DAHMME, Heinz-Jürgen.  
A modernidade atemporal dos clássicos da sociologia: reflexões sobre Durkheim, Tönnies, Weber e, especialmente, Simmel. In: Souza, Jessé; Oëlze, Berthold (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Ed. UnB. p.191-219. 1998.
- SIMMEL, Georg.  
*Sociologia: estudos sobre las formas de socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe. 1939.
- Unesco.  
United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Unesco and its programme: the race question*. Paris: Unesco. 1950.
- VASCONCELLOS, Marina São Paulo de.  
*Alguns movimentos contra-aculturativos do Nordeste*. Tese (Livre Docência de Antropologia e Etnografia) – Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro. 1949.
- VELHO, Gilberto.  
*Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.
- VILHENA, Luís Rodolfo.  
*Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte. 1997.
- VILLAS BÔAS, Glaucia Kruse.  
Iluminista e romântico: o tempo passado em Os Sertões de Euclides da Cunha. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, supl., p.149-161. jul. 1998.

VILLAS BÔAS, Glaucia Kruse.  
*A vocação das ciências sociais (1945-1964): um estudo da sua produção em livro*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.

WEBER, Max.  
Os tipos de dominação. In: Weber, Max.  
*Economia e sociedade*. v.1. Brasília: Ed. UnB. p.139-167. 1991.

WEBER, Max.  
La dominación carismática y su transformación. In: Weber, Max. *Economia y sociedad*. v.2. México: Fondo de Cultura Económica. p.118-141. 1944.

WERNECK VIANNA, Luiz; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palácios Cunha e.  
Cientistas sociais e vida pública: o estudante de graduação em ciências sociais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3. 1994.

## FONTES

### Arquivo IFCS/UFRJ

Pasta Arthur Ramos: pedido de licença para a Unesco; autorização assinada por Pedro Calmon; telegrama informando o falecimento de Arthur Ramos; programas de cursos de Antropologia Física, Etnografia e Etnografia do Brasil; Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (atividades, correspondências); planos de aula e de pesquisa da cátedra de Antropologia e Etnografia de Arthur Ramos;

Pasta Marina São Paulo de Vasconcellos: certidão de nascimento e filiação; declaração do curso de Direito da Universidade do Rio de Janeiro; Boletim de Marina no curso de História da UDF;

Correspondências administrativas; Títulos de Marina de Vasconcellos para inscrição no concurso de livre-docência em antropologia e etnografia;

*Curriculum Vitae* de Marina apresentado para inscrição no concurso de livre-docente;

Processo 15.569/49 – autorizando a inscrição no concurso de livre-docente a Heloísa Alberto Torres;

Processo 14.670/49 – autorizando equivalência dos títulos de Heloísa aos requisitos do concurso de livre-docente;

Certidão de revisão do processo 14.670/49 – desautorização para o concurso;

Despachos da reitoria; Recursos Jurídicos – concurso para a cátedra de Antropologia; Resultado oficial do concurso de Marina de Vasconcellos como catedrática interina;

Nomeação de Marina de Vasconcellos como catedrática interina, 25.11.1950;

### Planos de pesquisa;

Ata de eleição de Marina como chefe do Departamento de Ciências Sociais; nomeação como professora titular; atas das sessões ordinárias do ICS; atas da comissão de criação do IFCS; regimento do IFCS de 27.11.1967; atas da congregação do IFCS.

### Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Vasconcellos, Marina São Paulo de. *Alguns movimentos contra-aculturativos do Nordeste*. Tese (Docência Livre) – Cadeira de Antropologia e Etnografia da FNF/UB. Rio de Janeiro, 1949. Exemplar datilografado.

### Biblioteca Nacional

*Revista da UDF* – exemplar único.

### Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Documentos de Marina de Vasconcellos no Dops.

### Arquivo privado (da professora Luitgarde Cavalcanti)

Vasconcellos, Marina São Paulo de. O elemento alemão no Brasil. s.d.

Vasconcellos, Marina São Paulo de. Relações da antropologia com a psicologia social. Congresso de Psicologia, 1, Curitiba, 1 a 8 dez. 1953.

### Depoimento

Depoimento de Maria Stella Amorim. 17 mar. 1999.